



GT – 05: “Crise e crítica: a urbanização contemporânea e os limites da reprodução social”

**NOSSO SONHO PELA TERRA NINGUÉM MATA, NEM ENTERRA:
REFLEXÕES SOBRE URBANIZAÇÃO CRÍTICA E MOVIMENTOS
SOCIOTERRITORIAIS.**

Gabrielle S. Alves
Universidade Federal do ABC (UFABC)
gabriellealvess@outlook.com

RESUMO:

O processo de urbanização é acompanhado do aumento populacional e do investimento em infraestrutura, como a construção de rodovias, redes de tratamento de água e esgoto, dentre outros. Esses investimentos são importantes para a melhoria da qualidade de vida da população e para atrair investimentos para a região e gerar empregos. Porém, a desigualdade socioespacial também está presente na paisagem urbana brasileira. Por um lado, o centro urbano da metrópole de São Paulo, com a presença de edifícios históricos e modernos, servido por uma gama de transportes públicos e a abundante dispersão de condomínios residenciais de luxo. Por outro lado, o crescimento de bairros periféricos, com poucas ou nenhuma infraestrutura e moradias precárias. Sendo assim, devido a esse novo arranjo espacial proveniente do processo de industrialização e urbanização, as famílias e os proletários se organizam em movimentos socioterritoriais para lutar por moradia digna, travando batalhas sangrentas com o poder público no município de Diadema.

Palavras-chave: Urbanização. Movimentos socioterritoriais urbanos. Diadema.

1. INTRODUÇÃO

O processo de expansão da cidade de São Paulo a partir da segunda metade do século XIX, impulsionado pela produção de café, trouxe consigo não apenas um crescimento populacional e ocupação territorial, mas também uma série de transformações na estrutura urbana. A transferência da matriz fundiária rural para as cidades refletiu-se na posse da terra urbana, que seguiu os mesmos princípios de acesso restrito aos mais ricos, perpetuando assim a concentração de poder e riqueza. (DENALDI; ROSA, 2009).

Com o avanço da urbanização, houve uma intensificação dos investimentos em infraestrutura, como a implantação de estradas de ferro, melhoria dos portos e expansão das vias de comunicação. No entanto, esse processo de urbanização também resultou em uma clara segregação socioespacial, com a criação de áreas destinadas às elites e outras destinadas à população menos favorecida.

Da mesma forma, a mecanização do território (SANTOS, 2009b), processo que se intensificou após a Segunda Guerra Mundial, também implica mudanças no espaço, através de construções civis, da urbanização acelerada e da expansão das indústrias. Sendo assim, o processo de industrialização acarretou não apenas uma nova configuração de pensamento, mas também outra configuração social e urbanística. Essas transformações têm impactos significativos sobre a economia e a sociedade, gerando conflitos e desigualdade, uma vez que conduziu a população proletarizada para bairros periféricos, em condições precárias de moradia, enquanto as elites exerciam o controle dos bairros centrais, se apropriando da esfera pública para garantir seus privilégios nas cidades.

Esse par – urbanização e industrialização – forma uma inequação, isto é, uma expressão de desigualdade, visto que há a impossibilidade do urbano para todos, a não ser que ocorra a transformação radical dos pilares da produção e da reprodução sociais. Sendo assim, é necessário olhar para esses processos de maneira crítica, uma vez que “a tentativa de reunir urbanização e industrialização num par coerente, sem fissuras, embora específico, é insuficiente”. (DAMIANI, p. 30, 2000)

A metrópole de São Paulo produz uma lógica específica de centro-periferia, já que sua ocupação é constituída por áreas entremeadas de vazios, seja um terreno ou um imóvel, que

muitas vezes não está sendo utilizado, mas serve à especulação. Quando existe especulação, não há somente a criação mercantil de escassez como também, a intensificação da crise habitacional. O adensamento populacional nas áreas periféricas da metrópole revela um movimento de expansão das fronteiras urbanas, impulsionado, em parte, pela precarização das condições de moradia no núcleo central e pela busca de espaços mais acessíveis nas bordas da cidade. (SANTOS, M., 2009a)

Esse modelo provoca um esvaziamento dos centros urbanizados metropolitanos e origina o fenômeno urbano de periferização (SANTOS, 2009a), que refere-se ao processo de expansão das áreas periféricas das cidades em detrimento do centro urbano. Sendo um reflexo da lógica capitalista que prioriza o lucro em detrimento do bem-estar da população. Além disso, gera desigualdades sociais e espaciais, pois as áreas periféricas costumam ter menos infraestrutura, serviços públicos precários, menor acesso a oportunidades de emprego e lazer, entre outros aspectos.

Esse deslocamento populacional para as periferias também traz consigo desafios e impactos negativos para essa população, entre eles a distância da periferia com a rede de abastecimento da cidade, a população periférica, muitas vezes, compra alimentos com preços mais altos, conforme aponta Ribeiro Junior (2008): “Ter acesso aos hipermercados ou atacados é, muitas vezes, a possibilidade de comprar alimentos com preços menores e com qualidade similar ou superior a dos supermercados da periferia”. (RIBEIRO JUNIOR, 2008, p. 162)

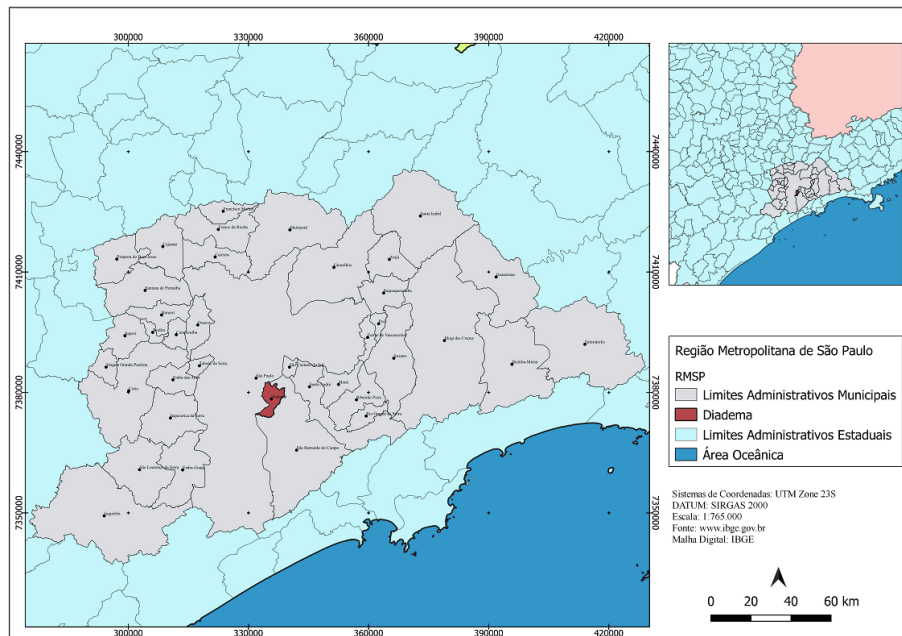
Não só a relação dos moradores de periferia com a rede de abastecimento da cidade são problemas advindos do confinamento desses moradores nas periferias, mas também a disparidade entre a distância da moradia e do trabalho, que pode resultar em longos deslocamentos diários dos proletários em direção ao centro da cidade. Esse movimento pendular não apenas aumenta o tempo de deslocamento dos indivíduos, como também afeta a qualidade de vida e acarreta um maior gasto com transporte.

Nesse contexto, é importante ressaltar que o espaço geográfico não é neutro, ele é fruto de uma produção humana, histórica e social. As dinâmicas de ocupação, uso e distribuição do espaço são determinadas por interesses políticos, econômicos e sociais, que muitas vezes resultam em desigualdades e injustiças espaciais. A segregação socioespacial

observada nas cidades reflete essas relações de poder e influencia diretamente na qualidade de vida, acesso a serviços básicos e oportunidades para diferentes grupos sociais. Portanto, ao analisarmos a cidade de São Paulo e seu processo de urbanização, é fundamental compreender que o espaço urbano é um produto da ação humana e das relações sociais estabelecidas ao longo da história. (CARLOS, 1986)

Dentro desse novo arranjo espacial proveniente do processo de industrialização e urbanização, as periferias das metrópoles tornaram-se mais densas. Como o caso do município de Diadema, que possui a segunda maior densidade demográfica do país: 13.205 pessoas por km² (SEADE, 2022) possuindo divisas com os municípios de São Paulo e São Bernardo do Campo, de acordo com a figura. E está localizado na região do Grande ABC Paulista, formada por sete municípios: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Santo André.

Figura 1 - Localização geográfica do município de Diadema¹



Fonte: Observatório SocioAmbienta da cidade de Diadema (OSD). Mapa da Região Metropolitana de São Paulo, com enfoque no município de Diadema. São Paulo: [s. n.], [2000?].

¹ Disponível em: <https://observatoriosocioambiental.unifesp.br/diagnostico#territorio-e-populacao>. Acesso em jul. 2024.

O adensamento populacional nas periferias, juntamente com a especulação imobiliária e fundiária, conduziram a população a lutar por moradia, promovendo movimentos socioterritoriais, formados em sua maioria por famílias e grupos de proletários que buscavam transformações políticas e sociais na cidade, reivindicando o acesso à terra e moradia. Esses movimentos geralmente se organizavam em associações, como a Associação Oeste de Diadema e a Associação por Moradia Unidos da Leste, reunindo-se em diversos pontos da cidade e efetuando manifestações, mobilizações e ocupações de terrenos.

A fim de entender a trajetória dos movimentos socioterritoriais no município de Diadema, e por conseguinte, da Associação Oeste de Diadema, foram realizadas entrevistas com o líder do movimento Manoel Boni, e com moradores do Loteamento Rosa Luxemburgo que possuem experiências pessoais relacionadas à luta pela conquista da terra neste município. Além disso, pretendemos resgatar reportagens e fotografias que documentam a luta desse movimento.

2. MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS URBANOS EM DIADEMA: A TRAJETÓRIA DE LUTA DA ASSOCIAÇÃO OESTE DE DIADEMA

Os movimentos socioterritoriais são manifestações vivas das dinâmicas sociais, refletindo as interseções complexas entre espaço, sociedade e poder. Esses movimentos produzem e constroem o espaço mediante suas lutas.² Fernandes (2005) destaca que os movimentos socioterritoriais são uma perspectiva geográfica dos movimentos sociais, interessada no movimento do espaço e em sua transformação em território. Segundo Fernandes (2005, p. 280), o território é um “espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência”, ele carrega a identidade dos movimentos sociais por meio da sua territorialidade, ou seja, da sua relação com o território.

Sob essa ótica, a compreensão dos movimentos socioterritoriais se torna essencial para a análise das transformações sociais, políticas e econômicas que moldam o espaço geográfico. Além disso, essa temática contribui para um estudo geográfico dos processos realizados por movimentos que produzem e constroem espaços sociais, transformando-os em territórios. (FERNANDES, 2005)

² Conforme aponta Fernandes (2005, p. 278): “a produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, a intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades”.

Esses movimentos, ao centrarem-se nas questões relacionadas ao território e à ocupação do espaço, revelam as lutas por justiça social, equidade e reconhecimento de direitos que permeiam as experiências cotidianas de uma comunidade, já que são atores-chave na luta por direitos fundamentais, como moradia digna e acesso à alimentação adequada. Esses movimentos são caracterizados por uma abordagem participativa e mobilizadora, muitas vezes surgindo de comunidades marginalizadas e desfavorecidas.

A diversidade de contextos nos quais esses movimentos emergem revela a multiplicidade de suas formas e objetivos. No campo e nas florestas, os movimentos socioterritoriais são principalmente os movimentos camponeses, camponeses-indígenas e indígenas que lutam pela posse da terra e do território. Já na cidade, são em sua maior parte, os movimentos de moradia. Eles constroem seus espaços e se organizam para conquistar o território, promovendo a luta pela terra e pela moradia. (FERNANDES, 2005)

A transformação espacial decorrente do processo de industrialização e urbanização, tem desempenhado um papel crucial nos movimentos socioterritoriais urbanos no município de Diadema, que possui uma das maiores densidades demográficas do país (SEADE, 2022). Diante desse cenário, questões como especulação imobiliária e pressão fundiária impulsionaram a comunidade a buscar soluções para a questão da moradia.

Como resultado, surgiram movimentos socioterritoriais urbanos compostos, em sua maioria, por famílias e grupos de proletários que almejavam mudanças políticas e sociais na cidade, demandando acesso à terra e habitação. Esses movimentos costumavam se organizar em associações, como a Associação Oeste de Diadema e a Associação por Moradia Unidos da Leste, mobilizando-se em diferentes pontos da cidade através de manifestações, protestos e ocupações de terrenos.

A Associação Oeste de Diadema, localizada no bairro Conceição, na zona oeste do município de Diadema, é um movimento de moradia que assentou mais de sete mil famílias na região do grande ABCD Paulista, tanto no município de Diadema quanto nos municípios de São Bernardo do Campo e Santo André, por meio das Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) e também, atuou pelo programa Minha Casa, Minha Vida Entidades (MCMV-E). Ao longo do tempo, a atuação do movimento foi passando de demandas específicas e das ocupações de terra para compras de loteamentos, de terra e construção de moradia por meio de mutirões. (CARMO, 2022)

De acordo com Kowarick (2009), desde o início da década de 1970, período importante para compreendermos ainda melhor o contexto de origem da Associação Oeste de Diadema, os grupos e associações que debatiam as condições espoliativas da vida cotidiana, como as associações de bairros, começaram a esboçar um campo de resistência e organização popular, que alimentava as lutas derivadas da exploração do trabalho, gerando uma fusão bairro-fábrica, uma vez que essas aglutinações de lutas cotidianas eram concentradas em bairros onde esses grupos viviam e reivindicavam melhorias urbanas.

Essa fusão bairro-fábrica pode ser observada na trajetória que levou a formação e consolidação da Associação Oeste de Diadema, e também irá moldar a identidade desse movimento socioterritorial urbano e influenciar a sua atuação no futuro.

Nesse contexto, em 1980 – período posterior a formação desse movimento –, a continuação das atividades de manutenção da greve geral dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema levou à união da luta sindical com os bairros operários, incluindo os favelados, suas demandas por moradia e melhorias nos serviços urbanos. Com a intervenção do general João Batista de Oliveira Figueiredo no sindicato, as atividades essenciais para a greve foram transferidas para associações de bairros e igrejas. O fundo de greve passou a operar na quadra esportiva da Igreja Matriz Nossa Senhora da Boa Viagem em São Bernardo do Campo, e o comando de greve passou a se reunir no porão da Igreja Matriz de Diadema. Apesar da centralização inicial, a organização das atividades acabaram sendo deslocadas para os bairros. (BONI, 2024)

A Associação Oeste de Diadema é entendida aqui também como parte das lutas moleculares (KOWARICK, 2009), aquelas que acontecem no âmbito cotidiano mas que tem potencial de transformar as estruturas sociais e relações de poder. Surgiu a partir das demandas e necessidades da comunidade local, proletários afetados pela espolição urbana, sendo um movimento que busca não apenas acesso à moradia, mas também melhorias nas condições de vida, soberania alimentar, entre outros aspectos que impactam diretamente a vida das pessoas em seus cotidianos.

A Associação Oeste de Diadema teve sua origem em 1994, com a divisão da comissão municipal dos favelados, um movimento que funcionava como um conselho de base, que atuou durante as décadas de 1970 e 1980, e era constituído por moradores favelados de Diadema aliados ao Sindicato dos Metalúrgicos, e também por integrantes que participaram

da construção do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). (CARMO, 2022)

Apesar da comissão municipal dos favelados ter tido uma participação importante na primeira eleição de um prefeito do PT em São Paulo, com o prefeito Gilson Menezes em 1982. Quando o PT assumiu o poder, ocorreram diversas invalidações desse movimento, tal como a criação de um fórum para escolher os nomes da gestão da diretoria municipal sem a participação da comissão. E também, ao longo do tempo, foram sendo estabelecidos processos burocráticos de construção de conselhos populares. (CARMO, 2022)

Além disso, durante a segunda gestão petista, sob a gestão do prefeito José Augusto da Silva Ramos, foram realizados processos de despejos de áreas ocupadas pelos proletários, esses processos de desocupação foram muito violentos. Em 1989, foi executada a reintegração de posse do Buraco do Gazuza, localizado no bairro Casa Grande, com uma ação policial que contou com 130 policiais militares e 70 soldados da tropa de choque. (CARMO, 2022)

A ocupação do Buraco do Gazuza, possuía esse nome devido a dificuldade das pessoas em pronunciar o sobrenome do proprietário da área “Garzouzi” e também, em razão das características físicas do terreno, uma área do município que havia sido negociado pela prefeitura para utilização pública com fins habitacionais e de lazer.

No dia do despejo, seis pessoas foram presas, entre elas o vice-prefeito Antonio Justino (PT), mais conhecido como “Tonhão”, acusado de comandar uma manifestação e de apedrejar um carro da prefeitura, e o vereador Manoel Boni, acusado de liderar a ocupação. Após esse acontecimento, Manoel Boni e Romildo, vereadores do PT, foram expulsos do partido por terem apoiado a resistência dos ocupantes à ação de despejo. (CARMO, 2022)

A força popular resistiu e os moradores da ocupação do Buraco do Gazuza foram assentados no terreno. Atualmente, uma parte da área é formada por ruas – uma delas inclusive, leva o nome de Rua da Ocupação –, e a outra contou com a construção de um conjunto habitacional, na Rua do Projeto³, sendo a primeira experiência de mutirão autogestionário verticalizado realizada no Brasil, em 1991. (CARDOSO, 2007).

Em 2019, foi realizada uma reportagem (figura 2) no Diário do Grande ABC, contando um pouco sobre a história da formação do território, onde é possível ver algumas

³ A escolha dos nomes dessas ruas pelos moradores, é emblemática, pois carrega consigo a essência da história da formação desse território.

fotografias de passeatas e outros enfrentamentos entre os moradores do Buraco do Gazuza e os policiais.

Figura 2 – Reportagem sobre os 30 anos da ocupação do Buraco do Gazuza.⁴



Fonte: Diário do Grande ABC, 2019.

A disputa sobre a desocupação do Buraco do Gazuza que resultou na saída dos vereadores do PT e na suspensão por um período do vice-prefeito, eram apenas um prelúdio do que estava por vir, já que as ocupações continuaram e as discordâncias internas do partido estavam sendo publicadas em diversos jornais. Manoel Boni relatou que os despejos aconteciam durante o dia com a expulsão das pessoas e a derrubada dos barracos com máquinas, e no decorrer da noite os moradores voltavam e reconstruíam tudo novamente.

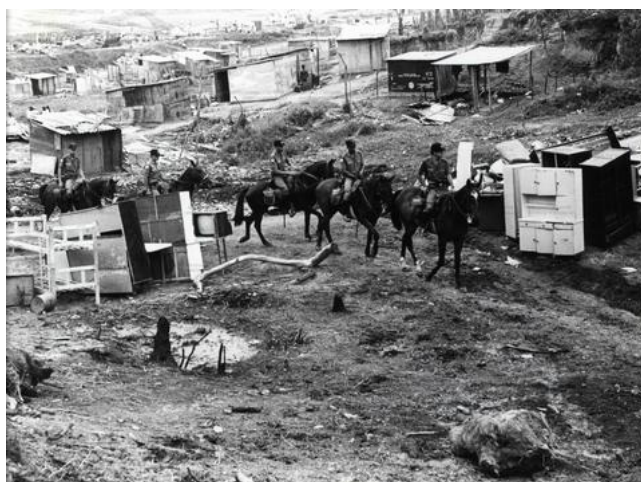
Durante a entrevista, ele lembrou de um episódio ocorrido na década de 1980, quando foi hospitalizado devido aos ferimentos sofridos durante o despejo da Vila Alice, localizada no bairro Canhema. Ele descreveu a violência do acontecimento, relatando que as máquinas eram jogadas sobre os moradores, que interrompiam os despejos com suas próprias vidas. E na mesma noite em que estava no hospital, os moradores já tinham retomado a ocupação. (BONI, 2024)

⁴ Disponível em: <http://www.santoandre.sp.gov.br/biblioteca/pesquisa/ebooks/407994.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2024.

Em 11 de dezembro de 1990, ocorreu outro processo violento de reintegração de posse, dessa vez em uma ocupação localizada no Jardim Inamar, essa ocupação teve início em setembro de 1990 com 300 famílias, mas no dia da reintegração de posse esse número tinha aumentado para 2.500 famílias. A ação policial⁵ que participou da desocupação do terreno contou com cerca de 400 policiais militares, resultando na morte por policiais de dois sem-tetos⁶ – Milton de Souza Frazão e Noraldino Ferreira –, 100 sem-tetos feridos, entre eles o vereador Manoel Boni, que teve uma das mãos decepada pela explosão de uma bomba de gás lacrimogêneo, além da prisão de 39 pessoas e 24 policiais feridos.

Esse dia ficou conhecido como “chacina da Vila Socialista” (figura 3), já que esse processo culminou na construção do Conjunto Habitacional Vila Socialista – nome escolhido pelos acampados –, no bairro Conceição, outra área do município de Diadema, onde foram assentados os sem-tetos que foram expulsos da ocupação no Jardim Inamar após protagonizarem batalhas sangrentas com o poder público. O Conjunto Habitacional Vila Socialista foi construído pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e conta com 544 unidades.

Figura 3 - Desocupação de terreno na Vila Socialista (Diadema-SP, 12 dez. 1990).⁷



Fonte: Januário F. da Silva/Tribuna Metalúrgica – CSBH/FPA, 1990.

⁵ Vídeo do momento em que a polícia entra na ocupação: <https://www.youtube.com/watch?v=5kD8WXzTEAo>.

⁶ Reportagem da Folha de S. Paulo sobre as mortes no processo de reintegração de posse: [Folha de S. Paulo - Diadema teve dois mortos em 1990 - 21/5/1997](#). Acesso em: 26 jul. 2024.

⁷ Disponível em: [Desocupação de terreno na Vila Socialista \(Diadema-SP, 12 dez. 1990\). / Crédito: Januário F. da Silva/Tribuna Metalúrgica - Centro Sérgio Buarque de Holanda](#). Acesso em: 25 jul. 2024.

Esses acontecimentos sucederam em uma divisão da comissão de favelados, que foi fragmentada de acordo com as zonas do município: norte, sul, leste e oeste. Essa divisão originou o nome da Associação Oeste de Diadema, um acrônimo de seu nome original: Associação dos Moradores dos Núcleos Habitacionais, Cortiços e Moradores de Aluguel de baixa renda da Região Oeste de Diadema. (CARMO, 2022)

A imagem símbolo da Associação Oeste de Diadema (figura 4) é um símbolo de resistência, memória e solidariedade. Ela é constituída por uma fotografia do dia da reintegração de posse que ocorreu na ocupação localizada no Jardim Inamar. A presença dos policiais e dos sem-tetos na fotografia evidencia o conflito e as violências enfrentadas pelos movimentos socioterritoriais. A frase “nosso sonho pela terra ninguém mata, nem enterra” carrega um significativo peso político – e também sentimental–, que ressalta a determinação e resistência dos sem-tetos em sua luta pela conquista da terra. A perda de dois companheiros de luta nesse trágico dia é uma lembrança dolorosa da violência e opressão que muitas comunidades marginalizadas enfrentam diariamente.

Figura 4 - Imagem símbolo da Associação Oeste de Diadema



Fonte: CARMO, 2022.

3. PAISAGENS EM MOVIMENTO: PANORAMA DAS CONSTRUÇÕES DE TERRITÓRIOS PELA ASSOCIAÇÃO OESTE

A Associação Oeste de Diadema realizou no município de Diadema, empreendimentos nas Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) em quinze loteamentos, conforme demonstra a Tabela 1. (CARMO, 2002)

Já pelo programa MCMV-E, foram realizados dois empreendimentos (Ferrazópolis e Montanhão), e quatro (Jd. irene, Orense, Maria Leonor e Marilene) estão em andamento na região do Grande ABC Paulista, conforme a tabela 2. (BONI, 2024)

Tabela 1 – Empreendimentos da Associação Oeste de Diadema em AEIS.

Loteamentos	Número de famílias
Parque Real	533
Rosa Luxemburgo	703
Vila Nova Conceição 1, 2 e 3 e 4	1318
José Bonifácio 1 e 2	163
Santa 1 e 2	843
Jupiter	76
Rosinha	277
Santa 1	58
Antonio Piranga	107
Caema 1	256
Caema 2	99
José Magnani	77
Inamar	308
Caramuru	106
Nossa Senhora das Graças	257
Pq. Milenium	80

Fonte: CARMO, 2022.

Tabela 2 - Empreendimentos no Minha Casa, Minha Vida - Entidades realizados pela Associação Oeste de Diadema.

Empreendimento	Município
Orense	Diadema
Maria Leonor	Diadema
Marilene	Diadema
Montanhão	São Bernardo do Campo
Ferrazópolis	São Bernardo do Campo
Jd. irene	Santo André

Fonte: Elaboração própria com base em informações coletadas durante entrevista. 2024

As Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), são regiões da cidade que apresentam características de ocupação do solo e regras de uso específicas e requerem atenção especial por parte do poder público, destinadas para a democratização do acesso à terra pela população de baixa renda, buscando garantir o direito à moradia digna para todos. Essas áreas são destinadas a projetos de habitação social e regularização fundiária, visando melhorar as condições de vida da população que vive em situação de vulnerabilidade social. As AEIS são demarcadas de acordo com critérios estabelecidos pelos órgãos competentes e podem incluir favelas ou loteamentos irregulares, entre outras. (BALTRUSIS, 2003)

Dessa forma, as AEIS foram denominadas como AEIS-1, designadas a demarcação de terrenos particulares vazios, e AEIS-2 reservadas ao conjunto de favelas da cidade, independentemente de sua localização ou regime fundiário. Ademais, a cidade de Diadema foi uma das primeiras a demarcar terrenos privados vazios, por meio da implementação das AEIS-1 (BALTRUSIS, 2003).

O primeiro empreendimento em AEIS realizado pela Associação Oeste de Diadema foi o Loteamento Habitacional de Interesse Social Rosa Luxemburgo (LHIS Rosa Luxemburgo) em 1996, localizado no bairro Conceição, assentando 716 famílias em uma área de 63 mil m². Inicialmente, a Associação Oeste realizou um aterro e a drenagem subterrânea da área, aproveitando sua expertise em construções e contando com máquinas e técnicos próprios, o que tornava sua ação mais efetiva e autônoma. As moradias foram construídas através de mutirão, autoconstrução ou por serviços contratados de pedreiros, muitas vezes

feitos por moradores locais. No entanto, a falta de serviços urbanos como água, luz e rede de esgoto era uma realidade para os moradores. (BONI, 2024)

O terreno do LHS Rosa Luxemburgo, inicialmente conhecido como "brejão", era uma área extremamente úmida e cheia de barro. Os moradores relataram a necessidade de sair de casa com dois pares de calçados para poderem trabalhar, um para caminhar pelo terreno enlameado e outro para trocar quando chegavam ao destino.

Para resolver a falta de serviços públicos, a Associação Oeste de Diadema adotou a estratégia de luta direta, acampando em frente aos gabinetes da prefeitura, do departamento de obras e de empresas como a Eletropaulo e Sabesp. Os moradores chegaram a ficar uma semana acampados em frente ao gabinete do prefeito, se alimentando de sopas cozinhadas ali mesmo e servidas em copos. Muitos desses serviços foram pagos pelos próprios moradores, incluindo a pavimentação das ruas. (BONI, 2024)

As ruas do loteamento foram projetadas mais estreitas para permitir a construção de mais casas no terreno, o que resultou em um preço mais acessível para os moradores. O valor da entrada para compra do lote era de R\$ 700,00, conforme mencionado por Boni (2024): "era preciso caber o povo e caber também o pagamento da terra, o valor do lote tem que caber dentro do bolso". (BONI, 2021)

A partir da data da compra coletiva do terreno do LHS Rosa Luxemburgo, novos empreendimentos foram se somando e, em 2013, a Associação Oeste de Diadema já havia adquirido coletivamente 22 glebas de terra. Alguns desses empreendimentos tiveram sua regularização fundiária concluída, enquanto outros ainda estão em processo de regularização. No entanto, com a indústria da construção e o mercado imobiliário transformando a cidade em um negócio lucrativo, a compra coletiva dos lotes sociais foi se tornando inviável devido ao aumento dos preços da terra. Isso levou à imposição da verticalização e à implementação do programa Minha Casa Minha Vida. (BONI, 2024)

O Minha Casa Minha Vida Entidades (MCMV-E) é uma modalidade do programa habitacional Minha Casa Minha Vida, que tem como finalidade subsidiar financiamento para construção de moradia para famílias com renda mensal de até 2 salários mínimos⁸, por meio

⁸ Informação do Ministério das Cidades. Disponível em:

<https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida/mcmv-entidades-1/sobre-o-mcmv-entidades>. Acesso em: 2 jul. 2024.

de parcerias com entidades privadas sem fins lucrativos, como associações, cooperativas e movimentos sociais.

Assim, a história da Associação Oeste é dividida em três fases distintas. A primeira fase está relacionada às ocupações e à resistência contra os despejos. Já a segunda fase envolve os empreendimentos em Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) e a urbanização de favelas. Por fim, a terceira fase, que representa o momento atual, se concentra nos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida - Entidades (MCMV-E) e na implementação da verticalização.

4. DO CAMPO PARA A CIDADE: A UNIÃO DO COLETIVO DE CONSUMO RURAL E URBANO NA LUTA POR MORADIA.

Em 2014 foi criado o Coletivo de Consumo Rural e Urbano - Associação Oeste (CCRU), dentro do movimento por moradia, com o objetivo de “mobilizar a população do entorno para compras coletivas de alimentos agroecológicos e camponeses” (CARMO, 2022, p.16).

O CCRU - Associação Oeste realiza compras coletivas de alimentos com valores acessíveis direto do campesinato para os proletários urbanos, em particular da periferia de Diadema. Tendo como finalidade o abastecimento popular e a criação de uma aliança entre proletários e camponeses, são realizadas as vendas antecipadas de cestas de alimentos e as feiras quinzenais, a feiras ocorrem aos sábados no galpão da Associação Oeste de Diadema, e as cestas podem ser retiradas no galpão ou combinada a entrega a domicílio em toda a região do Grande ABC Paulista.

A partir do fortalecimento dessa experiência, passaram a se relacionar com a Universidade Federal do ABC via projetos de extensão, dando origem ao Coletivo de Consumo Rural Urbano - Solidariedade Orgânica (CRU-Solo) (SILVA, 2022).

Os CCRUs completaram 10 anos em 2024 e realizaram, em julho do mesmo ano, o “Congresso de 10 anos do CCRU e CCRU - Solo” no espaço do galpão da Associação Oeste de Diadema. O evento foi realizado para celebrar uma década de lutas e conquistas na região do Grande ABC Paulista em prol da aliança campo-cidade e por uma sociedade mais justa e igualitária. Durante o encontro, foram realizadas diversas atividades, como visitas à horta do

Centro Comunitário Vila Socialista, cine debate, roda de debate sobre valor, preço e planejamento.

No Congresso de 10 anos do CCRU e CCRU - Solo também foi discutida a possibilidade da transformação do coletivo em uma cooperativa e o estatuto da mesma. Participaram do evento a gestão do movimento, consumidores, camponeses parceiros como a Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras da Barra do Turvo (RAMA) e a EsparRama, membros dos CCRUs e da Associação Oeste de Diadema e integrantes da comunidade acadêmica da UFABC, incluindo docentes e pesquisadores.

Além de construir o território através da sua luta e atuar na conquista da terra, a Associação Oeste também possui ação socioespacial, mediando o território por meio dos CCRUs e outras iniciativas, visto que a luta não se encerra com a conquista da moradia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação da Associação Oeste de Diadema nas últimas três décadas é um exemplo da capacidade dos movimentos socioterritoriais urbanos em produzir e construir o espaço, desempenhando um papel essencial na transformação do espaço em território devido à sua capacidade de apropriação, organização e atribuição de significados sociais e políticos.

Ao engajar-se na luta pela conquista da terra e moradia, esses movimentos não apenas reivindicam e ocupam o espaço, mas o transformam de forma profunda, conferindo-lhe uma nova identidade e função, atribuindo novos valores e funções ao espaço, que passa a representar suas lutas e identidades. O espaço deixa de ser um mero local físico para se tornar um território com significado social e político, refletindo as particularidades dos grupos envolvidos.

Outro aspecto importante é a produção de identidade e a ação comunitária. O espaço transformado em território pelos movimentos socioterritoriais serve como um símbolo de pertencimento e solidariedade. Essa transformação fortalece a união entre os membros da comunidade, promovendo a identidade coletiva e a capacidade de mobilização e ação conjunta. Portanto, eles não apenas utilizam o espaço, mas o moldam, significam e reconfiguram, refletindo e promovendo suas próprias lutas e identidades. Ao fazer isso, esses

movimentos ajudam a construir um espaço que vai além de sua dimensão física, tornando-se um território repleto de significado e valor social, político e cultural.

Além disso, esses movimentos evidenciam como a luta por moradia é, na realidade, uma faceta da luta de classes. A disputa por acesso a recursos urbanos, como terras e moradia, está profundamente enraizada nas relações de poder e nas desigualdades econômicas que definem a sociedade.

O espaço físico é moldado e transformado pelas atividades humanas, englobando desde as construções arquitetônicas até a organização espacial das cidades e regiões, ou seja, o ambiente é construído, e não simplesmente um cenário passivo, mas um reflexo das relações sociais, econômicas e políticas que influenciam e moldam a vida urbana. A produção do ambiente construído está intrinsecamente ligada ao processo de acumulação capitalista e às lutas de poder que ocorrem no espaço urbano. Sendo assim, a luta por moradia é uma faceta da luta de classes (HARVEY, 1982).

A urbanização, por sua vez, é um processo complexo que traz consigo uma série de transformações sociais, econômicas e ambientais. É fundamental analisar a interação de forças opostas e complementares que moldam a paisagem urbana. Esse movimento dinâmico envolve a transformação contínua das cidades, marcada por contradições e conflitos, como a segregação espacial.

A segregação espacial não ocorre de forma aleatória no urbano, pelo contrário, ela é fruto da lógica do capitalismo, das relações de poder que permeiam a sociedade, sendo um reflexo da diferenciação de classe no espaço (CARLOS, 1986).

Portanto, o urbano reflete a complexidade das relações sociais, econômicas e culturais presentes nas áreas urbanas, onde interesses diversos e muitas vezes contraditórios se confrontam e se entrelaçam. O estudo do urbano necessita de uma abordagem crítica, de uma radicalidade do urbano, proposta por Damiani:

“O que é a urbanização crítica? É a impossibilidade do urbano para todos, a não ser que se transforme radicalmente as bases da produção e reprodução sociais [...] não há o urbano para todos. Esta é a radicalidade do urbano na História, colocada hoje com clareza suficiente.” (DAMIANI, 2000, p.30)

A proposta de Damiani sobre urbanização crítica sublinha a necessidade de uma transformação profunda nas bases da produção e reprodução sociais para garantir que o espaço urbano possa ser acessível e justo para todos. Sem essa transformação radical, a segregação e a desigualdade continuarão a marcar o desenvolvimento urbano, destacando a urgência de uma análise crítica e revolucionária das estruturas que moldam as cidades.

Para superar os problemas relacionados aos movimentos socioterritoriais e à urbanização, é necessário adotar uma abordagem crítica que vá além das soluções superficiais, buscando uma transformação profunda nas bases da produção e reprodução sociais. Isso significa reavaliar e reformar as estruturas econômicas e sociais que sustentam o sistema capitalista e perpetuam a desigualdade.

5. REFERÊNCIAS

BALTRUSIS, Nelson. **Instrumentos urbanísticos e o acesso à terra urbana em Diadema: o caso das AEIS**. Porto Alegre: Ambiente Construído, v. 3, n. 4, p. 49-59, out./dez. 2003. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/view/3507>>. Acesso em: 15 mai. 2023.

CARLOS, Ana Fani A. **A reprodução do espaço urbano: o caso de Cotia**. 1986. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

CARMO, Vinícius Tadeu do. **Agroecologia e grupo de consumo responsável como estratégia para abastecimento popular: análise da experiência do Coletivo Raiz Verde e Assentamento Ipanema com o Coletivo de Consumo Rural Urbano, Diadema - SP**. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, 2022.

CARDOSO, A. L. **Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX** / Organizador Adauto Lucio Cardoso. — Porto Alegre : ANTAC, 2007. — (Coleção Habitare)

DAMIANI, Amélia Luisa. **A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica**. Terra Livre, São Paulo, n. 15, p. 21-37, 2000.

DENALDI, Rosana; ROSA, Junia Santa. **Curso à Distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social**. Brasília: Ministério das Cidades. 1 ed. mai. 2009. 216 p. Disponível em: <<http://planodiretor.mprs.mp.br/arquivos/planoslocais.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais : Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. In: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005. ISSN 1515-3282. Disponível em: <<https://bibliotecavirtual.clacso.org/ar/ar/libros/osal/osal16/D16MFernandes.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2024

HARVEY, D. **O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas**. São Paulo: Revista Espaço e Debates, v. 6, p. 6-35. 1982

KOWARICK, L. Produção do espaço urbano e lutas sociais. In: **Escritos urbanos**. São Paulo: 2ª ed., 2009.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. **A fome e a miséria na alimentação: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SAMPAIO, Vitória; SIGOLO, Letícia. **Notas sobre a Mobilidade Urbana em cidades impactadas pela desindustrialização: O Caso do Grande ABC**. vol. 20, ed. nº 1. São Paulo: Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista, 2024. Disponível em: <[Notas sobre a Mobilidade Urbana em cidades impactadas pela desindustrialização: O Caso do Grande ABC](#)>. Acesso em: 24 de mar. 2024.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5 ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2009a. 176 p.

_____. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2009b.

SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados. **Seade Informa Demografia**. 2022. Disponível em: <<https://populacao.seade.gov.br/wp-content/uploads/sites/8/2022/04/Seade-Informa-demografia-concentracao-populacao-municipios-2022.pdf>>. Acesso em 31 jul. 2024.

SILVA, Renata. **Gestão comunitária e tecnologia socioterritorial: análise da Rede de coletivos de consumo responsável na Região Metropolitana de São Paulo**. 2022.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, 2022.